



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

Ficha de unidade curricular

Mestrado em Direito e Prática Jurídica. Especialidade: Direito Penal
Ano Lectivo de 2021-2022/2.º Semestre

Unidade curricular

Direito Processual Penal III. Turmas A/Dia e B/Noite – *Questões processuais da responsabilidade penal das pessoas colectivas II*

Docente responsável e respetiva carga letiva na unidade curricular (preencher o nome completo)

Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva – 2 horas

Outros docentes e respetivas cargas letivas na unidade curricular

Não aplicável

Objetivos de aprendizagem (conhecimentos, aptidões e competências a desenvolver pelos estudantes)

O objectivo último é incentivar os Alunos a participar no desenho do travejamento básico do ainda inexistente processo penal das pessoas jurídicas, considerando, designadamente, os critérios de imputação de responsabilidade criminal ao ente, consagrados sobretudo no respectivo regime geral (artigo 11.º do CP); os princípios constitucionais do processo penal; e a necessidade de adaptação do estatuto de arguido (direitos e deveres), das medidas de coacção, dos meios de obtenção de prova e, até, dos graus de recurso aos sujeitos colectivos. Na realização desta tarefa é fundamental a análise de jurisprudência (nacional, estrangeira, do TEDH e do TJUE), pois os tribunais vêm construindo o processo penal das pessoas colectivas, a partir dos casos concretos – em Portugal, sem qualquer suporte na lei – e, ainda, de soluções de Direito comparado. Pretende-se habilitar especialmente os mestrandos para o exercício das funções de investigadores criminais, magistrados e advogados no processo penal em que seja suspeita ou arguida uma pessoa jurídica, sensibilizando-os para a necessidade de conduzir a investigação criminal, a prova, a defesa e a decisão final tendo em conta as especificidades dos sujeitos jurídico-penais colectivos, mas sem nunca postergar os princípios matriciais da responsabilidade penal e do processo penal português.

Conteúdos programáticos

1. Silêncio do Código de Processo Penal, legalidade do processo penal e aplicação *mutatis mutandis* de um Código de Processo Penal antropocêntrico a entes colectivos.

2. Medidas de coacção e pessoas jurídicas (artigos 191.º e ss. do CPP)

2.1. Submissão ao princípio da legalidade e proibição de aplicação analógica (artigos 18.º/2 da CRP, e 191.º do CPP)

2.2. Ainda assim, das medidas existentes, quais as aplicáveis, com que pressupostos e adaptações?

2.3. *De lege ferenda*: que medidas específicas adaptadas à sua natureza? Consideração de soluções legais consagradas fora do Código de Processo Penal (*v.g.* artigos 3.º-A da Lei n.º 50/2007, 412.º do CVM, e 48.º do DL n.º 9/2021) e em ordenamentos jurídicos estrangeiros.

3. Competência e pessoas colectivas

3.1. Inaplicabilidade originária da pena de prisão e determinação da competência material (artigos 13.º/2, 14.º/2, al. b), e 16.º/2, al. b), e 3, do CPP)

3.2. Pluralidade de contributos constitutivos do facto colectivo, sua eventual plurilocalização e determinação da competência territorial: critérios possíveis *de lege lata* e *de lege ferenda* (artigos 19.º, 22.º, 264.º/1 e 288.º/2 do CPP).

4. Conexão dos processos movidos contra o ente colectivo e a pessoa singular

4.1. Impossibilidade de comparticipação criminosa entre a pessoa jurídica e a pessoa física interveniente no facto colectivo: objectivos e possíveis fundamentos da conexão *de lege lata* e *de lege ferenda* (artigo 24.º/1, als. c) e d), do CPP)

4.2. E se a pessoa física não for co-arguida pela prática do mesmo crime, de crime conexo, nem de contra-ordenação (artigo 38.º/1 do RGCO)? Excepcional litisconsórcio passivo necessário?

5. Formas de processo aplicáveis ante a impossibilidade de detenção e de aplicação da pena de prisão



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

5.1. Inaplicabilidade originária da pena de prisão e critérios de determinação da forma do processo, *de lege lata* e *de lege ferenda*

5.2. Exclusão das formas sumária e sumaríssima (artigos 381.º e 392.º do CPP)

5.3. Compatibilidade-regra com o processo abreviado (artigo 391.º-A do CPP)?

5.4. Processo comum como forma-regra?

6. Objecto do processo em que é arguida a pessoa colectiva

6.1. *Thema probandum*: factos constitutivos do crime e, ainda, dos critérios legais substantivos de imputação de responsabilidade ao ente (artigo 11.º/2, 4 e 6 do CP)

6.2. Determinação da alteração (substancial / não substancial) de factos por crime diverso, incluindo nos casos de relações societárias de grupo.

7. Meios de obtenção de prova (exames, revistas, buscas, apreensões, incluindo de correspondência, e interceptação de comunicações – artigos 171.º ss. do CPP)

7.1. Submissão ao princípio da legalidade e proibição de aplicação analógica de normas processuais penais restritivas de direitos, liberdades e garantias (artigos 18.º/2, 29.º e 32.º/1 e 8 da CRP, 125.º e 126.º do CPP)

7.2. Dificuldades na aplicação às pessoas jurídicas. Análise de algumas soluções legais consagradas fora do Código de Processo Penal, incluindo no âmbito contra-ordenacional (*v.g.* artigos 18.º-20.º da Lei n.º 19/2012, 10.º-12.º da Lei n.º 9/2013, 385.º do CVM, 42.º, 45.º, 49.º, 52.º do DL n.º 9/2021) e em ordenamentos jurídicos estrangeiros

7.3. Buscas (não domiciliárias?) à sede e às instalações da pessoa jurídica, de *lege lata* e de *lege ferenda* e na jurisprudência do TEDH

7.4. Pessoa colectiva suspeita ou arguida e interceptação de comunicações (necessariamente de pessoas físicas – artigo 187.º/4, *als. a) e b)*, do CPP)

8. Recursos

8.1. Âmbito e efeitos do recurso interposto por um só dos co-arguidos, pessoa singular ou pessoa colectiva (artigos 402.º/2, *al. a)* e 403.º/2, *al. e)*, e 3, do CPP).

8.2. Inaplicabilidade originária da pena de prisão e (in)admissibilidade de recurso para o Supremo Tribunal de Justiça (artigos 400.º/1, *al. e)*, 432.º/1, *als. b) e c)*, do CPP)? Problemas de (in)constitucionalidade

8.3. *De lege ferenda* que critérios específicos de acesso ao recurso para o Supremo Tribunal de Justiça? Consideração de soluções legislativas estrangeiras.

9. Processo contra-ordenacional das pessoas colectivas

9.1. Diversidade do modelo legal de imputação de responsabilidade contra-ordenacional ao ente (*v.g.* artigos 7.º/2 do RGCO, e 7.º do DL n.º 9/2021) e eventuais repercussões no processo contra-ordenacional contra ele movido

9.2. Normas processuais contra-ordenacionais específicas já existentes

9.3. Aplicação subsidiária de um Código de Processo Penal antropocêntrico ao processo contra-ordenacional contra a pessoa jurídica (artigos 41.º do RGCO e 4.º do CPP).

Demonstração da coerência dos conteúdos programáticos com os objetivos da unidade curricular

Os conteúdos programáticos pretendem evidenciar o antropocentrismo do actual Código de Processo Penal português, a consequente dificuldade de aplicação às pessoas colectivas e a necessidade da sua adaptação às especificidades destes sujeitos jurídico-penais, embora salvaguardando sempre os critérios de legitimidade da intervenção penal e os princípios do processo penal de um Estado de Direito democrático. Na adaptação do processo penal português aos entes colectivos é fundamental considerar jurisprudência (nacional, estrangeira, do TEDH e do TJUE), bem como as soluções oferecidas por ordenamentos jurídicos estrangeiros que já dispõem de regulamentação na matéria. Deste modo pretende-se que os mestrandos, enquanto investigadores, magistrados ou advogados, fiquem habilitados a tornar efectiva na prática forense a responsabilidade penal das pessoas jurídicas, respeitando a matriz de validade do Direito Penal, a Constituição processual penal e os princípios gerais do processo penal de um Estado de Direito democrático (arts. 2.º, 20.º e 32.º da CRP, e 4.º do CPP).

Por outro lado, importa contrapor os modelos legais de imputação de responsabilidade criminal e contra-ordenacional às pessoas jurídicas e equiparadas (*v.g.* artigos 11.º/2, 4 e 6 do CP, 7.º/2 do RGCO, e 7.º do DL n.º 9/2021) em ordem a apurar a sua repercussão no processo penal ou contra-ordenacional contra elas dirigido, sem perder de vista as diferenças à partida existentes entre os dois processos quanto à estrutura e garantias.

Além disso, verifica-se que, apesar do silêncio do Código de Processo Penal quanto aos entes colectivos, existem já



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

normas do processo contra-ordenacional (mesmo sectoriais) que foram pensadas para as pessoas colectivas e podem contribuir para a construção do processo penal das pessoas jurídicas.

Finalmente, em caso de lacuna legislativa, a aplicação subsidiária e “devidamente adaptada” à estrutura do processo contra-ordenacional das disposições de um Código de Processo Penal antropocêntrico desafia-nos a uma dupla aplicação *mutatis mutandis*: das normas processuais penais gizadas para pessoas físicas aos entes colectivos (artigo 4.º do CPP) e das normas processuais penais ao processo contra-ordenacional (artigo 41.º/1 do RGCO). Dupla aplicação *mutatis mutandis* que se converte em tripla ou quádrupla, quando o RGCO ou o regime jurídico das contra-ordenações económicas são legalmente designados como direito subsidiário de regimes sectoriais ou específicos (v.g. artigos 78.º/2 e 79.º do DL n.º 9/2021).

Metodologias de ensino (avaliação incluída)

I. O método

As aulas seguem um modelo inicial de aulas teórico-práticas (cerca de metade das 13/14 programadas) e depois de seminários científicos, com apresentação oral de trabalhos pelos mestrandos. Em qualquer um destes modelos, ocupam lugar de destaque (i) a consideração de soluções legislativas estrangeiras e (ii) a análise crítica de jurisprudência nacional, estrangeira, do TEDH e do TJUE, referentes a questões jurídicas concretas.

As primeiras 7 aulas estão a cargo da Regente, incluindo a apresentação do programa e método de ensino (1 tempo lectivo), a orientação da escolha de temas pelos alunos e calendarização de apresentações (1 tempo lectivo) e preleções temáticas, algumas por especialistas convidados (advogados, magistrados e docentes universitários).

As restantes aulas (cerca de 7) são dedicadas às apresentações dos trabalhos pelos alunos, seguidas de discussão e crítica por todos. Os temas das exposições orais devem ser submetidos à aprovação prévia da Docente. As exposições orais consistem na análise crítica de um ou mais acórdãos (portugueses, estrangeiros, do TEDH ou do TJUE) e de soluções legislativas estrangeiras a propósito de um concreto e delimitado ponto do programa da UC. Realizar-se-ão 3 apresentações por aula, cada uma com a duração de 10-15 minutos, inultrapassáveis, seguidos de igual tempo de debate.

II. A avaliação

A avaliação consiste: (i) na realização do exame escrito final obrigatório, cuja classificação corresponde a 50% da nota final; e (ii) em “outros elementos de avaliação” (participações orais espontâneas dos alunos e/ou apresentações orais de relatórios), nos quais se baseiam os restantes 50% da nota final (artigo 30.º/1 e 2, do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento - Despacho n.º 5181/2018).

Os alunos sem participação oral nas aulas ou que não realizarem a apresentação oral de um trabalho terão a classificação de zero nos “outros elementos de avaliação”, de modo que a classificação final à UC corresponderá a 50% da nota obtida no exame escrito obrigatório (artigo 30.º/1 e 2, do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento - Despacho n.º 5181/2018).

III - Assiduidade

Em cada aula realiza-se a chamada e regista-se as ausências dos Alunos. A falta a um número de aulas superior a um terço das previstas para a unidade curricular importa a perda de frequência e conseqüente reprovação na unidade curricular (artigo 13.º/1 e 2 do Regulamento). A falta da assiduidade mínima, tal como definida no artigo 13.º do Regulamento, impede também o acesso à época de recurso, uma vez que esta época tem por pressuposto a obtenção de nota negativa na unidade curricular (artigo 30.º/4 do Regulamento).

Demonstração da coerência das metodologias de ensino com os objetivos de aprendizagem da unidade curricular

Para que os mestrandos aprendam a tornar efectiva na prática forense a responsabilidade penal de entes colectivos (cujo regime geral devem igualmente conhecer), precisam de ser confrontados com as limitações do actual Código de Processo Penal português na sua aplicação a estes sujeitos jurídico-penais, de analisar e discutir casos reais em que essa questão se suscitou, bem como as correspondentes decisões judiciais, ponderando, ainda, soluções legislativas estrangeiras para os mesmos problemas. Tudo em ordem a encontrar, para cada instituto e núcleo problemático, o regime jurídico-processual que melhor se adequa à natureza das pessoas colectivas, à matriz de validade da intervenção penal e à Constituição processual penal.

O modelo inicial de aulas teórico-práticas é necessário para introduzir os problemas, conteúdos e objectivos da unidade curricular. Seguidamente, o modelo de seminário científico é o mais adequado ao aprofundamento dos temas, desde que haja um menor denominador comum que fomente em todos os alunos o interesse e a participação oral nas aulas.

Bibliografia geral



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- ABREU, Jorge M. Coutinho de
- (Coord.) *Código das Sociedades comerciais em comentário*, Vol. I (2010), Vol. II (2011), Vol. III (2012), Vol. IV (2012), Vol. V (2012), Vol. VI (2013), Vol. VII (2014), Coimbra: Almedina
- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de
- *Comentário do Código de Processo Penal*, Universidade Católica Editora, 4.ª Ed., Lisboa 2011;
 - *Comentário do Regime Geral das Contra-Ordenações, à luz da Constituição da República e da Convenção Europeia dos Direitos do Homem*, Universidade Católica Editora, 2011;
 - *Em defesa dos direitos fundamentais*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2019;
 - (Org.) *Comentário da Convenção Europeia dos Direitos Humanos e dos Protocolos Adicionais*, Lisboa: Universidade Católica Editora, Vol. I e II (2019), Vol. III (2020).
- ALBUQUERQUE, Paulo Pinto de/CARDOSO, Rui/MOURA, Sónia (Org.)
- *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021.
- ALVES, Lurdes Dias
- *Protecção de dados pessoais no contexto laboral. Direito à privacidade do trabalhador*, Coimbra: Almedina, 2020.
- AMBOS, Kai
- “Zukunft der deutschen Strafrechtswissenschaft?”, *ZIS* 10/2020, pp. 452-462, disponível em http://www.zis-online.com/dat/artikel/2020_10_1390.pdf [5.09.2021].
- AMBOS, Kai/CARO CORIA, Dino Carlos/MALARINO, Ezequiel (Coord.)
- *Lavado de activos y Compliance. Perspectiva internacional y Derecho comparado*, Lima-Perú: Jurista Editores E.I.R.L., 2015, disponível em <http://www.cedpal.uni-goettingen.de/data/publicaciones/2015/LavadoCompliance.pdf> [8.09.2021].
- AMBOS, Kai/DUFF, Antony/ROBERTS, Julian/WEIGEND, Tomas (Eds.)
- *Core concepts in Criminal Law and Criminal Justice. Anglo-German dialogues*, Vol. 1, United Kingdom: Cambridge University Press, 2020.
- AMBOS, Kai/ROMERO, Eneas (Ed.)
- *Crime organizado. Análise da Lei 12.850/2013*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons/CEDPAL, 2017.
- AMBOS, Kai/MALARINO, Ezequiel (Eds.)
- *Fundamentos de Derecho probatorio en materia penal*, CEDPAL, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019.
- AMBOS, Kai/ZILLI, Marcos/SOUSA MENDES, Paulo (Coord.)
- *Corrupção. Ensaios sobre a Operação Lava Jato*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons/CEDPAL, 2019.
- ANDRADE, José Carlos Vieira de
- *Os direitos fundamentais na Constituição portuguesa de 1976*, 6.ª edição, Coimbra: Almedina, 2019.
- ANDRADE, Manuel da Costa
- “Bruscamente no verão passado”, a reforma do Código de Processo Penal. *Observações críticas sobre uma lei que podia e devia ter sido diferente*, Coimbra Editora, 2009, pp. 98-104.
- ANTUNES, Maria João
- *Direito Processual Penal*, 2.ª edição (2018), 3.ª edição (2021), Coimbra: Almedina;
 - *Processo Penal e pessoa colectiva arguida*, Coimbra: Almedina, 2020;
 - “Personas jurídicas, Compliance y proceso penal portugués”, In: *Compliance y responsabilidad de las personas jurídicas*, (Eds.) Nicolás Rodríguez-García/Fernando Rodríguez López, Valencia: Tirant lo Blanch, 2021, pp. 701-722.
- ARRIBAS ATIENZA, Patricio
- “La persona jurídica como responsable penal ante el proceso”, *Revista Acta Judicial* n.º 1, enero 2018, pp. 52-73, disponível em <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=7258803> [8.09.2021]
- ARROYO ZAPATERO, Luis/NIETO MARTÍN (Dir.)
- *El Derecho Penal económico en la era Compliance*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2013, disponível em https://blog.uclm.es/cienciaspenales/files/2017/06/derecho_compliance-compressed.pdf [12.09.2021].
- AYRES, Ian/BRAITHWAITE, John
- *Responsive regulation. Transcending the Deregulation Debate*, New York/Oxford: Oxford University Press, 1992.
- BACIGALUPO, Silvina
- “Los derechos fundamentales de las personas jurídicas”, *Poder Judicial*, n.º 53, pp. 49-105.
- BAJO FERNÁNDEZ, Miguel/FEIJOO SÁNCHEZ, Bernardo José/GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos
- *Tratado de responsabilidad penal de las personas jurídicas*, 2.ª ed., Civitas/Thomson Reuters, 2016, pp. 313 -



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

344.

BANACLOCHE PALAO, Julio/ZARZALEJOS NIETO, Jesús/GÓMEZ-JARA DIÉZ, Carlos

- *Responsabilidad penal de las personas jurídicas. Aspectos sustantivos y procesales*, Madrid: La Ley, 2011.

BARTOLOMUCCI, Sandro

- “Consuntivo e prospettive per una revisione coerente e funzionale del d.lgs. 231/2001 dopo circa un ventennio di vigenza”, *Rivista 231 sul D. Lgs. 231/2001, La responsabilità amministrativa delle società e degli enti*, n. 4, ottobre - dicembre 2018, pp. 223-234.

BECHARA, Fábio Ramazzini/FILHO, Marco Aurélio Pinto Florêncio (Coord.)

- *Compliance e Direito Penal Econômico*, São Paulo: Almedina, 2019.

BELEZA, Teresa Pizarro

- *Apontamentos de Direito Processual Penal*. Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano 1991/92 e 1992/93, I Vol., Lisboa: AAFDL, 1993;
- *Apontamentos de Direito Processual Penal*. Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano 1991/92 e 1992/93, II Vol., Lisboa: AAFDL, 1993;
- *Apontamentos de Direito Processual Penal*. Aulas teóricas dadas ao 5.º Ano 1991/92 e 1992/93, III Vol., Lisboa: AAFDL, 1995;
- *Direito Processual Penal – Relatório*, Lisboa: AAFDL, 2000;
- “O processo penal português em tempos de mudança”, *Estudos em Comemoração dos 20 anos da Faculdade de Direito da Universidade Nova de Lisboa*, Revista *Themis*. Edição especial, n.º 6, 2018, pp. 73-88.

BELEZA, Teresa Pizarro/PINTO, Frederico de Lacerda da Costa

- *Direito Processual penal. Os sujeitos processuais e as partes civis*, Lisboa: 2000;
- (Coord.) *Participação, pessoas colectivas e responsabilidade*, Coimbra: Almedina, 2015;
- (Coord.) *Jurisprudência do Tribunal Constitucional em matéria contraordenacional entre 2001-2018*, com a colaboração de Maria Beatriz Seabra de Brito, FDUNL: CEDIS, 2019, disponível em <https://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2019/05/CRIMINALIA-Relatório-Contraordenações-7-de-maio-de-2019-compactado.pdf> [9.09.2021].

BERNDT, Markus/THEILE, Hans

- *Unternehmensstrafrecht und Unternehmensverteidigung*, CF Muller, 2016.

BEVIA, Jordi Gimeno

- *El proceso penal de las personas jurídicas*, Aranzadi, 2014.

BRAITHWAITE, John

- “Enforced Self-Regulation: a New Strategy for Corporate Criminal Control”, *Michigan Law Review*, 1982, Vol. 80, n.º 7, pp. 1466-1507, disponível em https://www.researchgate.net/publication/270033308_Enforced_Self-Regulation_A_New_Strategy_for_Corporate_Crime_Control;
- “The New Regulatory State and the Transformation of Criminology”, *British Journal of Criminology*, 2000, Vol. 40, n.º 2, pp. 222-238, disponível em https://www.researchgate.net/publication/31208037_The_New_Regulatory_State_and_the_Transformation_of_Criminology.

BRANDÃO, Nuno

- *Crimes e contra-ordenações: da cisão à convergência material*, Coimbra: Coimbra Editora, 2016, pp. 871 ss.;
- “O direito contra-ordenacional económico na era da regulação”, In: *A proteção dos direitos humanos face à criminalidade económica globalizada. Atas da Conferência Internacional 9 de dezembro de 2016*, (Coord.) Flávia Noversa Loureiro, Escola de Direito da Universidade do Minho: Centro de Investigação Interdisciplinar em Direitos Humanos, 2017, pp. 87-118, disponível em https://www.jusgov.uminho.pt/wp-content/uploads/2018/02/A_protecao_dos_DH_face-a-criminal_eco_gl_vELETR_comp.pdf [9.09.2021];

BRAVO, Jorge dos Reis

- “Incidências processuais da punibilidade de entes colectivos”, *Revista do Ministério Público*, n.º 105 (2006), pp. 45-99.
- *Direito Penal de entes colectivos. Ensaio sobre a punibilidade de pessoas jurídicas e entidades equiparadas*, Coimbra Editora, 2008, pp. 291 ss.;
- “Processo penal de entes colectivos: ‘direito constitucional aplicado’ ou inconstitucionalidade por omissão?”, In: *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, (Org.) Paulo Pinto de Albuquerque/Rui Cardoso/Sónia Moura, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, pp. 515-525.

BRAVO, Teresa

- “A responsabilidade das sociedades-mãe e das filiais em Direito Europeu da concorrência: análise crítica da



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

jurisprudência *Akzo Nobel*”, *RPCC* 23 (2013), pp. 613-656;

- “O caso da Associação Nacional de Farmácias à luz da jurisprudência *Akzo Nobel* (revisitada)”, In: *Novos Estudos de Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2020, pp. 111-145.

BRITO, Teresa Quintela de

- “Responsabilidade criminal das pessoas jurídicas e equiparadas: algumas pistas para a articulação da responsabilidade individual e colectiva”, In: *Estudos em honra do Professor Doutor José de Oliveira Ascensão*, Volume II, Coimbra: Almedina, 2008, pp. 1425-1443;
- “A determinação das responsabilidades individuais no quadro de organizações complexas”, In: *Direito Sancionatório das Autoridades Reguladoras*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 75-103;
- “Autoria das contra-ordenações e dos dirigentes de organizações”, In: *Estudos em Homenagem ao Professor Doutor Jorge de Figueiredo Dias*, (Org.) Manuel da Costa Andrade/Susana Aires de Sousa/Maria João Antunes, Vol. II, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 203-23;
- “Crime omissivo e novas representações da responsabilidade social”, In: *Liber Amicorum de José de Sousa e Brito em comemoração do 70.º Aniversário. Estudos de Direito e Filosofia*, (Org.) João António Raposo/João Lopes Alves/Paulo de Sousa Mendes/Augusto Silva Dias/Luís Duarte D’Almeida, Coimbra: Almedina, 2009, pp. 921-943;
- “Responsabilidade criminal de entes colectivos. Algumas questões em torno da interpretação do artigo 11.º do Código Penal”, *RPCC*, Ano 20, n.º 1, Janeiro-Março 2010, pp. 41-71, também publicado em *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 227-253;
- *Domínio da organização para a execução do facto: responsabilidade penal de entes colectivos, dos seus dirigentes e “actuação em lugar de outrem”*, Vols. I e II, Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, Julho de 2012, em vias de publicação pela AAFDL Editora;
- “Domínio do facto, organizações complexas e autoria dos dirigentes”, In: *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 163-200;
- “Fundamento da responsabilidade criminal de entes colectivos: articulação com a responsabilidade individual”, In: *Direito Penal Económico e Financeiro. Conferências do Curso Pós-Graduado de Aperfeiçoamento*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2012, pp. 201-225;
- “Questões de prova e modelos legais de responsabilidade contra-ordenacional e penal de entes colectivos”, In: *Direito Penal. Fundamentos dogmáticos e político-criminais. Homenagem ao Prof. Peter Hünerfeld*, (Org.) Manuel da Costa Andrade/José de Faria Costa/Anabela Miranda Rodrigues/Helena Moniz/Sónia Fidalgo, Coimbra Editora, 2013, pp. 1209-126;
- “Autoria e participação em organizações empresariais complexas”, *Criminalidade Económico-Financeira. Temas de Teoria Geral do Direito Penal na Criminalidade Económico-Financeira*. Caderno Especial, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 2014, pp. 11-43, disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/penal/tomo_1_criminalidade_economico_financeira_temas_de_teor_ia_geral_do_direito_penal_na_criminalidade_economico_financeira.pdf [10.09.2021];
- “A relevância dos mecanismos de *Compliance* na responsabilização penal das pessoas colectivas e dos seus dirigentes”, *Anatomia do Crime. Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, Ano 0, Julho-Dezembro de 2014, pp. 75-91;
- “*Compliance*, cultura corporativa e culpa penal da pessoa jurídica”, In: *Estudos sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo Sousa Mendes, Coimbra: Almedina, 1.ª e 2.ª ed., 2018, pp. 57-100;
- “As normas processuais penais materiais e o problema da sua sucessão no sistema jurídico português”, *Anatomia do Crime. Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, n.º 9, Janeiro-Julho, 2019, pp. 151-178;
- “Responsabilidade penal de pessoas colectivas públicas? O problema em geral e perante o crime de corrupção”, In: *Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva*, (Coord.) J. Lobo Moutinho/Henrique Salinas/Elsa Vaz de Sequeira/Pedro Garcia Marques, Vol. IV, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020, pp. 2710-2746, também publicado em *Revista de Estudos Criminais*, Ano XIX, n.º 79, 2020, Brasil: Porto Alegre, pp. 29-68;
- “Processo penal de entes colectivos: algumas propostas de adaptação (urgente) do Código de Processo Penal português”, In: *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, (Org.) Paulo Pinto de



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- Albuquerque/Rui Cardoso/Sónia Moura, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, pp. 477-514.
- BRITO, Wladimir
- *Teoria Geral do processo*, Coimbra: Almedina, 2019.
- BUCHO, Cruz
- "A recusa de depoimento de familiares do arguido: o privilégio familiar em processo penal (notas de estudo)", 1.06.2015, disponível em <https://docplayer.com.br/12908038-A-recusa-de-depoimento-de-familiares-do-arguido-o-privilegio-familiar-em-processo-penal-notas-de-estudo.html> [8.09.2021].
- BUSATO, Paulo César (Org.)/GRECO, Luís-BUSATO, Paulo César (Coord.)
- *Responsabilidade penal das pessoas jurídicas. Seminário Brasil-Alemanha*, Florianópolis: Tirant lo Blanch, 2018.
- CAEIRO, Pedro
- "The influence of the EU on the "blurring" between administrative and criminal law", (Eds.) FRANCESCA GALLI/ANNE WEYEMBERG, *Do labels still matter? Blurring boundaries between administrative and criminal law. The influence of the UE*, Éditions de L'Université de Bruxelles, 2014, pp. 171-190;
 - "Punível com coima até 10% de um montante qualquer: a inconstitucionalidade das normas sancionatórias do Regime Jurídico da Concorrência, na parte em que (não) fixam um limite máximo para as coimas aplicáveis ao Abuso de posição dominante", In: *Homenagem do Professor Doutor Germano Marques da Silva*, (Coord.) J. Lobo Moutinho/Henrique Salinas/Elsa Vaz de Sequeira/Pedro Garcia Marques, Vol. IV, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020, pp. 2429-2471.
- CALHEIROS, Maria Clara
- *Para uma teoria da prova*, Coimbra: Coimbra Editora, 2015.
- CAMPOS, Sara Rodrigues
- *(In)admissibilidade de provas ilícitas. Dissemelhança na produção de prova no Direito Processual?*, Coimbra: Almedina, 2018.
- CANOTILHO, J.J. Gomes/MOREIRA, Vital
- *Constituição da República Portuguesa anotada*, Vol. I, 4.^a edição, Coimbra: Coimbra Editora, 2007.
- CLOUGH, Jonathan
- "Bridging the theoretical gap: the search for a realist model of corporate criminal liability", *Criminal Law Forum*, Vol. 18, n.ºs 3-4, 2007, pp. 267-300, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1349980 [11.09.2021].
- COMENTÁRIO JUDICIÁRIO DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL (AA.VV.), Tomos I e II, Coimbra: Almedina, 2019, Tomo III, 2021.
- CORDEIRO, António Menezes
- *Manual de Direito das Sociedades I – Das sociedades em geral*, 2.^a edição, Coimbra: Almedina, 2007;
 - (Coord.) *Código Civil Comentado, Vol. I – Parte Geral*, Centro de Investigação de Direito Privado – FDUL, Coimbra: Almedina, 2020;
 - (Coord.) *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, 4.^a edição, Coimbra: Almedina, 2021.
- CORDEIRO, António Menezes/CORDEIRO, A. Barreto Menezes
- *Direito das Sociedades I – Parte Geral*, 4.^a edição, Coimbra: Almedina, 2020.
- COSTA, José de Faria
- "A responsabilidade jurídico-penal da empresa e dos seus órgãos (ou uma reflexão sobre a alteridade nas pessoas colectivas à luz do Direito Penal)", *Direito Penal Económico e Europeu*, Vol. I, Coimbra Editora, 1998, pp. 501-517;
 - *Direito Penal*, Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2017, Cap. 8, ponto 8.7.1.
- COSTA, José Neves da Costa
- "Provas ilicitamente obtidas por particulares", In: *Prova penal. Teórica e prática*, (Coord.) Paulo de Sousa Mendes/Rui Soares Pereira, Coimbra: Almedina, 2019, pp. 159-193.
- CUNHA, José M. Damião da
- "O "inconstitucional" e o "ilógico" no regime de buscas e outras diligências do regime jurídico da concorrência (Lei n.º 19/2012, de 8 de maio)", *Revista do Ministério Público*, n.º 151, Julho-Setembro 2017, pp. 83-100, disponível em https://rmp.smp.pt/wp-content/uploads/2017/10/6.RMP_151_NET_Jose_Cunha.pdf [9.09.2021];
 - "Recursos na área penal – a perspetiva académica", In: *Reforma do Sistema de Recursos*, Lisboa: Centro de Estudos Judiciários, 1.^a edição, Setembro 2019, pp. 73-84, disponível em http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/civil/eb_Reforma_Recursos.pdf [10.09.2021].
- DIAS, Augusto Silva
- "*Delicta in se*" e "*Delicta mere prohibita*". *Uma análise das discontinuidades do ilícito penal moderno à luz da*



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- reconstrução de uma distinção clássica*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008;
- *Ramos emergentes do Direito Penal relacionados com a protecção do futuro (ambiente, consumo, genética humana)*, Coimbra: Coimbra Editora, 2008;
 - “Linhas gerais do regime jurídico dos crimes contra interesses dos consumidores no Anteprojecto de Código do Consumidor”, *Direito Penal Económico e Europeu. Textos doutrinários*, Vol. III, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 557 ss.;
 - *Direito das Contra-ordenações*, Almedina, 2018.
- DIAS, Augusto Silva/RAMOS, Vânia Costa
- *O Direito à não auto-inculpação (nemo tenetur se ipsum accusare) no processo penal e contra-ordenacional português*, Coimbra Editora, 2009.
- DIAS, Jorge de Figueiredo
- *Direito Processual Penal – Lições*, coligidas por Maria João Antunes, Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra: Secção de Textos, 1988-1989;
 - *Direito Processual Penal*, 1.^a ed. 1974, reimpressão, Coimbra Editora, 2004;
 - “Sobre a vigência tricenal do Código de processo penal português”, *30 anos do Código de Processo Penal, RPCC*, Ano 28, n.º 1, Janeiro-Abril 2018, pp. 129-146.
- DIAS, Jorge de Figueiredo/BRANDÃO, Nuno
- *Sujeitos processuais penais: o arguido e o defensor*. Texto de apoio ao estudo da unidade curricular de Direito Processual Penal do Mestrado em Ciências Jurídico-Forenses da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (2020/2021), Coimbra 2020, disponível em <https://apps.uc.pt/mypage/files/nbrandao/2226> [8.09.2021]
- ECHARRI CASI, Fermín Javier
- “Las personas jurídicas y su imputación en el proceso penal: una nueva perspectiva de las garantías procesales”, *La Ley*, n.º 10088/2011, pp. 1-34.
- ESPARZA LEIBAR, Iñaki
- “La responsabilidad penal de las personas jurídicas y el rol del *Corporate Compliance* en el ordenamiento francés. Un interesante ejemplo de lucha contra la corrupción”, In: *Tratado de Compliance criminal. Responsabilidad penal de las personas jurídicas y modelos de organización y gestión*, (Dir.) Juan-Luis Gómez Colomer/(Coord.) Christa M. Madrid Boquín, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 1403-1427.
- FERREIRA, Manuel Cavaleiro de
- *Curso de Processo Penal. Lições proferidas no ano lectivo de 1954-1955*, Vol. I, Lisboa: AAFDL, 1959;
 - *Curso de Processo Penal*, Vol. II, Lisboa: AAFDL, 1956.
- FERRER BELTRÁN, Jordi
- *Prueba sin convicción. Estándares de prueba y debido proceso*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo, 2021;
 - *Valoração racional da prova*, tradução de Vitor de Paula Ramos, Salvador-Bahia: JusPODIVM, 2021
- FISHER, Thomas/HOVEN, Elisa
- „Unternehmen vor Gericht? Einige Anmerkungen zu prozessualen Fragen”, *ZIS* 1/2015, pp. 32-39, disponível em http://www.zis-online.com/dat/artikel/2015_1_892.pdf [8.09.2021]
- GARUTI, Giulio
- “La responsabilità degli enti e le prospettive di sviluppo del sistema sanzionatorio nell’ottica del diritto processuale penale”, In: *La responsabilità dell’ente da reato nel sistema generale degli illeciti e delle sanzioni anche in una comparazione con i sistemi sudamericani. In memoria di Giuliano Vassalli*, (A cura di) Antonio Fiorella/Alfredo Gaito/Anna Salvina Valenzano, Sapienza Università Editrice, 2018, pp. 429-434, disponível em <http://www.editricesapienza.it/node/7818> [11.09.2021].
- GASCÓN INCHAUSTI, Fernando
- *Proceso penal y persona jurídica*, Madrid: Marcial Pons, 2012;
 - “Los desafíos del proceso penal frente a las personas jurídicas en la legislación y en la praxis española: representación y derecho a no auto inculparse”, *Colóquio Internacional. Processo Penal português: desafios europeus, RPCC*, Ano 29, n.º 1, 2019, pp. 91-126;
- GASPAR/CABRAL/COSTA/MENDES/MADEIRA/GRAÇA
- *Código de Processo Penal Comentado*, Almedina, 2014.
- GHEZZI, Frederico Cesari Guido
- “The Italian guidelines on antitrust compliance programs and the difficult goal of matching deterrence, education, and business ethics”, *Bocconi Legal Studies Research Paper N.º. 3381638*, May 2019, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3381638 [8.09.2021]



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

GIMENO BÉVIA, Jordi

- *Compliance y proceso penal. El proceso penal de las personas jurídicas*, Navarra: Editorial Aranzadi, 2016;

GLESS, Sabine

- "Truth or due process? The use of illegally gathered evidence in the criminal trial – Germany", January 19, 2010, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1743530 [8.09.2021];
- "A Europa vista a partir de uma perspectiva alemã: um desafio para a defesa em processo penal", *RPCC*, Ano 21 (2011), n.º 3, pp. 395-426.

GODINHO, Inês Fernandes

- "Pessoas colectivas e processo penal: alguns apontamentos de uma tentativa impossível", *Galileu. Revista de Economia e Direito*, Vol. XII, n.º 2, 2007, pp. 47-72;
- "Uniformização do regime de responsabilidade penal das pessoas colectivas e programas de cumprimento normativo", In: *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, (Org.) Paulo Pinto de Albuquerque/Rui Cardoso/Sónia Moura, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, pp. 167-177.

GODOY, Arnaldo Sampaio de Moraes/ MELLO, Patrícia Perrone Campos

- "A titularidade dos direitos fundamentais por parte de pessoas jurídicas. A empresa como agente de efetivação dos direitos sociais: notas introdutórias ao direito empresarial constitucional", *Revista Brasileira de Políticas Públicas*, Vol. 6, n.º 3, Dezembro 2016, pp. 91-110, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3672635 [8.09.2021].

GÓMEZ COLOMER, Juan-Luis

- "La persona jurídica acusada en el proceso penal español", *El Derecho Penal económico en la era Compliance*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2013, pp. 43-62.

GÓMEZ COLOMER, Juan-Luis (Dir.)/MADRID BOQUÍN, Christa M. (Coord.)

- *Tratado de Compliance criminal. Responsabilidad penal de las personas jurídicas y modelos de organización y gestión*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 439 ss.

GÓMEZ-JARA DÍEZ, Carlos

- "La imputabilidad organizativa en la responsabilidad penal de las personas jurídicas. A propósito del auto de la Sala de lo Penal de la Audiencia Nacional de 19 de mayo de 2014" disponível em http://www.juntadeandalucia.es/institutodeadministracionpublica/aplicaciones/boletin/publico/boletin60/Articulos_60/Gomez-Jara-Diez.pdf
- "El pleno jurisdiccional del Tribunal Supremo sobre responsabilidad penal de las personas jurídicas: fundamentos, voces discrepantes y propuesta reconciliadora", *Diario La Ley*, N.º 8724, 17 de marzo de 2016, Editorial LA LEY, pp. 1-20;
- *El Tribunal Supremo ante la responsabilidad penal de las personas jurídicas. El inicio de una larga andadura*, Editorial Aranzadi, 2.ª ed., 2019.

GÓMEZ MONTORO, Ángel J.

- "La titularidad de derechos fundamentales por personas jurídicas: un intento de fundamentación", *Revista Española de Derecho Constitucional*, Año 22, n.º 65, Mayo-Agosto 2002, pp. 49-105, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2822234 [8.09.2021].

GONÇALVES, Diogo Costa

- *Pessoa colectiva e sociedades comerciais*, Coimbra: Almedina, Reimpressão: 2016.

GOMES, José Ferreira/GONÇALVES, Diogo Costa

- *A imputação de conhecimento às sociedades comerciais*, Coimbra: Almedina, 2017.

GONZÁLEZ CUSSAC, José L.

- *Responsabilidad penal de las personas jurídicas y programas de cumplimiento*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2020.

GUTIÉRREZ PÉREZ, Elena

- "Los Compliance programs o la vuelta al *no body to kick, no soul to damn*. Una aproximación a la luz de la reforma del Código Penal por la Ley Orgánica 1/2015", *Propuestas penales: nuevos retos y modernas tecnologías. Memorias IV Congreso Internacional de Jóvenes Investigadores de Ciencias Penales*, Ediciones Universidad Salamanca, 2016, pp. 379-394.

HOYOS SANCHO, Monserrat de

- "Sobre la necesidad de armonizar las garantías procesales en los enjuiciamientos de personas jurídicas en el ámbito de la Unión Europea. Valoración de la situación actual y algunas propuestas", *Revista General de Derecho Procesal* (43), 2017, pp. 1-67.

KEULEN, B.F./GRITTER E.

- "Corporate criminal liability in the Netherlands", *Electronic Journal of Comparative Law*, Vol. 14.3 (December 2010), pp. 1-12.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- KOSTORIS, Roberto E. (Ed.)
- *Handbook of European Criminal Procedure*, Springer International Publishing, 2018.
- KUHLEN, Lothar/MONTIEL, Juan Pablo/URBINA GIMENO, Ínigo Ortiz de (Eds.)
- *Compliance y teoría del Derecho penal*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons, 2013.
- LADRON DE GUEVARA, Juan Burgos
- “La responsabilidad penal de las personas jurídicas: aspectos procesales”, *La Ley*, n.º 6378/2011, pp. 1-14.
- LAUFER, William S.
- “The missing account of progressive corporate criminal law”, *Journal of Law & Business*, New York University, Vol. 17, n.º 1, 2017, pp. 71-142, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=3034705 [11.09.2021].
- LEITE, André Lamas
- “Fundamentos político-criminais da responsabilidade penal das pessoas colectivas em Direito Criminal clássico, penas de substituição aplicáveis e Compliance – breves notas”, *Revista do Ministério Público*, n.º 161, Janeiro-Março 2020, pp. 203-234.
- LÓPEZ GUERRA, Luis
- *El Convenio Europeo de Derechos Humanos según la jurisprudencia del Tribunal de Estrasburgo*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2021.
- LOPES JR., Aury
- *Fundamentos do processo penal. Introdução crítica*, Rei dos Livros, 2016.
- LOUREIRO, Flávia Noversa
- “A insustentável ausência de normas processuais penais para pessoas colectivas”, *Homenagem ao Professor Doutor Germano Marques da Silva*, Vol. II, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020, pp. 893-923.
- LUÍS, Nuno Castro
- “Implicações processuais penais da responsabilidade das pessoas colectivas”, *Politeia. Revista do Instituto Superior de Ciências Policiais*, Ano II (2005), n.º 2, Julho-Dezembro, pp. 77-101.
- MADRID BOQUÍN, Christa
- “La responsabilidad penal de las personas jurídicas em Inglaterra: consideraciones sustantivas y procesales sobre el papel del *Criminal Compliance*”, In: *Tratado de Compliance criminal. Responsabilidad penal de las personas jurídicas y modelos de organización y gestión*, (Dir.) Juan-Luis Gómez Colomer/(Coord.) Christa M. Madrid Boquín, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 1429-1475.
- MAGALHÃES, Ana Sofia Correia
- *A responsabilidade penal das pessoas coletivas sob o ponto de vista processual*, Universidade do Minho – Escola de Direito, 2015, disponível em <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/60744/1/Tese%2BMestrado%2B-%2BVersão%2BFinal%2B-%2BAna%2BCorreia%2BMagalhães.pdf>
- MANNA, Adelmo
- “La responsabilità da reato degli enti”, *Corso di Diritto Penale dell'impresa*, CEDAM, 2010, pp. 41 – 85.
- MARTÍNEZ SALDAÑA, David (Coord.)
- *La protección del Whistleblower. Análisis del nuevo marco jurídico desde la perspectiva del Derecho laboral, público, penal y de protección de datos tras la publicación de la Directiva (EU) 2019/1937*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2020.
- MCCONNELL, Ryan D./MARTIN, Jay/SIMON, Charlotte
- “Plan now or pay later: the role of Compliance in criminal cases”, *Houston Journal of International Law*, Vol. 33/3, 2011, pp. 510-576, disponível em <http://www.hjil.org/articles/hjil-33-3-mcconnell-martin-simon.pdf> [9.09.2021].
- MEIRELES, Mário Pedro
- “A responsabilidade penal das pessoas colectivas ou entidades equiparadas na recente alteração ao Código Penal ditada pela Lei 59/2007, de 4 de Setembro: algumas notas”, *JULGAR*, n.º 5, 2008, pp. 121-138, disponível em <http://julgar.pt/wp-content/uploads/2016/05/09-Mário-Pedro-Meireles-Resp-Penal-Pess-Coletivas.pdf> [8.09.2021].
- MENDES, Paulo de Sousa
- “Responsabilidade criminal das sociedades comerciais”, *Boletim da Faculdade de Direito de Bissau*, n.º 2, 1993, pp. 145-172;
 - “A responsabilidade de pessoas colectivas no âmbito da criminalidade informática em Portugal”, *Direito da Sociedade da Informação*, Separata do Vol. IV, Coimbra Editora, 2003, pp. 385-404;
 - “As proibições de prova no processo penal”, In: *Jornadas de direito processual penal e direitos fundamentais*,



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- (Coord.) Maria Fernanda Palma, Coimbra: Almedina, 2004, pp. 133-154;
- “O regime da alteração substancial de factos no processo penal”, *Que futuro para o Direito Processual Penal?*, Coimbra Editora, 2009, pp. 755-768;
 - *Lições de Direito Processual Penal*, Almedina, 1.ª edição, 2013;
 - “O efeito à distância das proibições de prova”, *Revista do Ministério Público do RS*, Porto Alegre, n.º 74, Julho-Dezembro 2013, pp. 219-228, disponível em http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1401215359.pdf [12.09.2021];
 - “Law Enforcement & Compliance”, In: *Estudos de Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2018, pp. 11-20;
 - *Causalidade complexa e prova penal*, Coimbra: Almedina, 2018;
 - “Medida da prova”, In: *Prova penal. Teórica e prática*, Paulo de Sousa Mendes/Rui Soares Pereira (Coord.), Coimbra: Almedina, 2019, pp. 19-40;
 - “Law Enforcement & Compliance”, In: *Novos Estudos de Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2020, pp. 13-24;
- MENDES, Paulo de Sousa/PEREIRA, Rui Soares (Coord.)
- *Prova penal. Teórica e prática*, Coimbra: Almedina, 2019;
 - *Novos desafios da prova penal*, Coimbra: Almedina, 2020.
- MESQUITA, Lurdes Varregoso
- *Noções de Direito Processual Civil*, Coimbra: Gestlegal, 2020.
- MINOGGIO, Ingo
- *Unternehmensverteidigung. Vertretung in Straf- und Ordnungswidrigkeitenverfahren*, ZAP Verlag, 3. Auflage, 2016.
- MIRANDA ESTRAMPES, Manuel
- *Prueba ilícita y regla de exclusión en el sistema estadounidense. Crónica de una muerte anunciada*, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons, 2019.
- MIRANDA, JORGE
- *Direitos fundamentais*, 2.ª edição, Coimbra: Almedina, 2018.
- MIRANDA, Jorge/MEDEIROS, Rui
- *Constituição Portuguesa Anotada*, 2.ª edição, Vol. I (2017), Vol. II (2018) e Vol. III (2020).
- MONTE, Mário Ferreira
- “As sanções nos crimes e nas contra-ordenações: tão iguais e tão diferentes... Reflexões à margem do acórdão de fixação de jurisprudência de 26.09.2018”, *Homenagem do Professor Doutor Germano Marques da Silva*, Vol. III, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020, pp. 1913-1934.
- MONTIEL, Juan Pablo
- “Cuestiones teóricas fundamentales del *criminal Compliance*”, *EN LETRA*, Centro de Estudios Interdisciplinarios en Ciencias Jurídicas y Sociales, Año IV, n.º 7 (2017), pp. 21-47, disponível em <https://revistas-colaboracion.juridicas.unam.mx/index.php/en-letra/article/view/31595/28583> [9.09.2021].
- MORAL GARCÍA, Antonio del
- “*Compliance* en la doctrina de la Sala Segunda del Tribunal Supremo: Presente y perspectivas”, In: *Tratado de Compliance criminal. Responsabilidad penal de las personas jurídicas y modelos de organización y gestión*, (Dir.) Juan-Luis Gómez Colomer/(Coord.) Christa M. Madrid Boquín, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 675-704.
- MORALES, Oscar
- “La persona jurídica ante el Derecho penal y el proceso penal”, *Homenaje al Profesor D. Juan Luis Iglesias Prada/Extraordinario-2011*, pp. 142-154, disponível em <http://www.uria.com/documentos/publicaciones/3202/documento/art18.pdf?id=3347>
- MORENO CATENA, Víctor
- “El derecho de defensa de las personas jurídicas”, In: *Tratado de Compliance criminal. Responsabilidad penal de las personas jurídicas y modelos de organización y gestión*, (Dir.) Juan-Luis Gómez Colomer/(Coord.) Christa M. Madrid Boquín, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 1009-1038.
- MORÃO, Helena
- “‘Whenever yet was your appeal denied?’ – Sobre o direito do arguido ao recurso de decisões de recurso”, *Revista do Ministério Público*, n.º 158, Abril-Junho 2019, pp. 37-50;
 - “*Sem apelo nem agravo* - Sobre o direito ao recurso em matéria de facto em caso de primeira condenação em segunda instância”, *Revista do Ministério Público*, n.º 159, Julho-Setembro 2019, pp. 155-167, disponível em https://rmp.smmp.pt/wp-content/uploads/2019/11/7.RMP_159_Helena_Morao_3PAG.pdf [10.09.2021]; S



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- “Pela renovação da renovação da prova”, *Anatomia do Crime. Revista de Ciências Jurídico-Criminais*, n.º 12, 2021, pp. 171-195;
 - “Reformando o recurso em processo penal”, In: *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, (Org.) Paulo Pinto de Albuquerque/Rui Cardoso/Sónia Moura, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, pp. 655-663.
- MOSQUERA BLANCO, Augusto Javier
- “La prueba ilícita tras la sentencia Falciani: Comentario a la STS 116/2017, de 23 de Febrero”, *Barcelona: Indret*, 3/2018, pp. 1-34, disponível em https://indret.com/wp-content/uploads/2018/07/1398_2.pdf [9.09.2021]
- MOUTINHO, José Lobo
- *Arguido e imputado em processo penal*, Universidade Católica Editora, 2000;
 - *Direito das Contra-Ordenações. Ensinar e investigar*, Universidade Católica Editora, 2008;
 - “O ‘efeito meramente devolutivo’ da impugnação da decisão condenatória por contra-ordenação”, *Homenagem do Professor Doutor Germano Marques da Silva*, Vol. II, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2020, pp. 1439-1473.
- MUERZA ESPARSA, Julio
- “Aplicación y control de los modelos de organización y funcionamiento”, In: *Tratado de Compliance criminal. Responsabilidad penal de las personas jurídicas y modelos de organización y gestión*, (Dir.) Juan-Luis Gómez Colomer/(Coord.) Christa M. Madrid Boquín, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 1039-1060.
- NEIRA PENA, Ana María
- “La persona jurídica como nuevo sujeto pasivo del proceso penal en los ordenamientos chileno y español”, [Revista de derecho \(Coquimbo\)](#), RDUCN, Vol. 21, n.º.1, Coquimbo 2014, disponível em https://scielo.conicyt.cl/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-97532014000100005;
 - *La persona jurídica como parte pasiva del proceso penal*, Tesis Doctoral, Universidad da Coruña, 2015, disponível em https://ruc.udc.es/dspace/bitstream/handle/2183/16496/NeiraPena_AnaMaria_Tese_2015.pdf?sequence=1&isAllowed=y
 - *La defensa penal de la persona jurídica. Representante defensivo, rebeldía, conformidad y Compliance como objeto de prueba*, Navarra: Aranzadi, 2018;
 - “Los privilegios del delincuente de cuello blanco en el proceso penal”, In: *Corrupción: Compliance, Represión y Recuperación de Activos*, (Eds.) Nicolás Rodríguez García/ Adán Carrizo González-Castell/Fernando Rodríguez López/(Coords.) Javier Sánchez Bernal/ Ana E Carrillo del Teso, (Coord.), Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 71-100.
- NEIRA PENA, Ana María/PÉREZ-CRUZ MARTÍN, Agustín Jesús
- *Proceso y responsabilidad penal de las personas jurídicas*, Navarra: Aranzadi, 2017.
- NEVES, A. Castanheira Neves
- *Sumários de Processo Penal*, Universidade de Coimbra: Faculdade de Direito, 1968.
- NIETO MARTÍN, Adán
- “Problemas fundamentales del cumplimiento normativo en el Derecho Penal”, *Temas de Derecho penal económico: empresa y Compliance. Anuario de Derecho Penal 2013-2014*, pp. 171-200, disponível em https://perso.unifr.ch/derechopenal/assets/files/anuario/an_2013_06.pdf [8.09.2021].
- NIEVA FENOLL, Jordi
- *Derecho Procesal III. Proceso Penal*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019.
- OLIVEIRA, Ana Paz Ferreira Perestrelo de
- Anotações aos artigos 481.º-508.º, In: *Código das Sociedades Comerciais Anotado*, (Coord.) António Menezes Cordeiro, 4.ª edição, Coimbra: Almedina, 2021;
 - *Grupos de sociedades e deveres de lealdade. Por um critério unitário de solução do “conflito de grupo”*, Coimbra: Almedina, 2012.
- OLIVEIRA, Ana Perestrelo de/FERRO, Miguel Sousa Ferro
- “The sins of the son: parent company liability for competition Law infringements”, *Revista de Concorrência e Regulação*, Ano 1, n.º 3, Julho-Setembro 2010, pp. 53-92, disponível em http://www.concorrancia.pt/vPT/Estudos_e_Publicacoes/Revista_CR/Paginas/RevistaCR3.aspx [11.09.2021].
- ORSI, Omar G./RODRÍGUEZ-GARCÍA, Nicolás
- “Las investigaciones defensivas en el Compliance penal corporativo”, In: *Compliance y responsabilidad de las personas jurídicas*, (Eds.) Nicolás Rodríguez-García/Fernando Rodríguez López, Valencia: Tirant lo Blanch, 2021, pp. 293-389.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- PALMA, Maria Fernanda Palma
- “A constitucionalidade do artigo 342.º do Código do Processo Penal (O direito ao silêncio do arguido)”, *Revista do Ministério Público*, Ano 15, n.º 60, Outubro-Dezembro 1994;
 - *Direito Constitucional Penal*, Coimbra: Almedina, 2006.
- PEREIRA, Rui Soares
- “Levando a sério o risco de organização como critério de imputação de conhecimento às sociedades”, *Revista de Direito Comercial*, 2018.01.19, pp. 94-135, disponível em <https://static1.squarespace.com/static/58596f8a29687fe710cf45cd/t/5a622d190d9297c651f09bb7/1516383518351/2018-03.pdf> [11.09.2021].
- PIETH, M./IVORY, R. (Eds.)
- *Corporate Criminal Liability: Emergence, convergence, and risk*, Dordrecht/Heidelberg/London/New York: Springer, 2011.
- PINTO, Frederico de Lacerda da Costa
- *Direito processual penal. Curso Semestral*, Lisboa: AAFDL, 1998;
 - “O ilícito de mera ordenação social e a erosão do princípio da subsidiariedade da intervenção penal”, In: *Direito Penal Económico e Europeu. Textos Doutrinários*, Vol. I, Coimbra: Coimbra Editora, 1998, pp. 209-274;
 - *Direito Processual Penal. Curso Semestral. Tópicos para o estudo dos sujeitos, objecto, medidas de coacção e prova*, Vol. II, Lisboa: 2000;
 - “Comportamento reparador e colaboração processual à luz dos valores do Estado de Direito”, In: *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, (Org.) Paulo Pinto de Albuquerque/Rui Cardoso/Sónia Moura, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, pp. 245-259.
- PINTO, Paulo Mota
- *Direitos de personalidade e direitos fundamentais. Estudos*, Coimbra: Gestlegal, 2018.
- PLANCHADELL GARGALLO, Andrea
- “Proceso público con todas las garantías y prueba ilícita obtenida por particulares”, *Revista de Derecho y Proceso Penal*, n.º 56, 2019, pp. 313-322.
- PORTO, Manuel Lopes/VILAÇA, José Luís da Cruz/CUNHA, Carolina/ GORJÃO-HENRIQUES, Miguel/ANASTÁCIO, Gonçalo
- *Lei da Concorrência. Comentário Conimbricense*, Almedina, 2013, disponível em https://www.academia.edu/8604262/Lei_da_Concurrencia_-_Comentario_Conimbricense [12.09.2021].
- POUCHAIN RIBEIRO, Pedro
- *La regla de exclusión de la prueba. Un estudio comparado desde su origen en EE.UU.*, São Paulo: Tirant lo Blanch, 2020.
- QUINTERO OLIVARES, Gonzalo
- “La reforma del régimen de responsabilidad penal de las personas jurídicas”, In: *Comentario a la Reforma Penal de 2015*, (Dir.) Gonzalo Quintero Olivares, Navarra: Thomson Reuters/Aranzadi, 2015, pp. 77-91.
- RAGUÉS i VALLÈS, Ramon/ROBLES PLANAS, Ricardo (Dir.)
- *Delito y empresa. Estudios sobre la teoría del delito aplicada al derecho penal económico-empresarial*, Barcelona: Atelier. Libros Jurídicos, 2018, pp. 269-277.
- RAFARACI, Tommaso
- “Illecito dell’ente da reato e garanzie penale-processualistiche”, In: *La responsabilità dell’ente da reato nel sistema generale degli illeciti e delle sanzioni anche in una comparazione con i sistemi sudamericani. In memoria di Giuliano Vassalli*, (A cura di) Antonio Fiorella/Alfredo Gaito/Anna Salvina Valenzano, Sapienza Università Editrice, 2018, pp. 167-174, disponível em <http://www.editricespapienza.it/node/7818> [11.09.2021].
- RAMOS, Vânia Costa
- “Novos problemas em matéria de proibições de prova – A dimensão transnacional – Regras de exclusão da prova obtida em violação da CEDH na jurisprudência do TEDH”, *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Manuel da Costa Andrade*, (Org.) José de Faria Costa/Anabela Miranda Rodrigues/Maria João Antunes/Helena Moniz/Nuno Brandão/Sónia Fidalgo, Vol. II, Universidade de Coimbra, *Boletim da Faculdade de Direito*, 2017, pp. 739-773.
- REGO, Carlos Lopes do
- “Constitucionalidade do artigo 40º do Código de Processo Penal; intervenção no julgamento de arguida (pessoa colectiva) do juiz que na fase de inquérito decretou a prisão preventiva de outro co-arguido (pessoa singular)”, *Revista do Ministério Público*, n.º 71 (1997), p. 123-127.
- RINCÓN – EIZAGA, Lorena
- “Human rights in the European Union. Conflict between the Luxembourg and Strasbourg Courts regarding



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

interpretation of article 8 of the European Convention on Human Rights”, *Int. Law: Rev. Colomb. Derecho Int.* Bogotá (Colombia), n.º 11, mayo de 2008, pp. 119-154, disponível em <https://www.corteidh.or.cr/tablas/R22648.pdf> [8.09.2021].

RODRIGUES, Anabela Miranda

- “Compliance programs and corporate criminal Compliance”, *PoLaR — Portuguese Law Review*, n.º 1, Vol. 2, January 2018, pp. 1-14, disponível em <http://www.portugueselawreview.pt/wp-content/uploads/2018/05/PoLaR-Vol.-2-No.-1-January-2018-1.pdf> [6.09.2021].
- *Direito Penal Económico. Uma política criminal na era Compliance*, Coimbra: Almedina, 2019.

RODRÍGUEZ-GARCÍA, Nicolás

- “Adecuación del proceso penal español a la fijación legal de la responsabilidad criminal de las personas jurídicas”, *Revista Penal*, n.º 35, 2015, pp. 139-172.

RODRÍGUEZ-GARCÍA, Nicolás/GONZÁLEZ-CASTEL, Adán C./RODRÍGUEZ LÓPEZ, Fernando (Eds.)/SÁNCHEZ BERNAL, Javier/CARRILLODEL TESO, Ana E. (Coord.)

- *Corrupción: Compliance, represión y recuperación de activos*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019.

RODRÍGUEZ-GARCÍA, Nicolás/RODRÍGUEZ LÓPEZ, Fernando (Eds.)

- *Compliance y responsabilidad de las personas jurídicas*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2021.

RODRÍGUEZ GARCÍA, Nicolás (Dir.)/(Coord.) ONTIVEROS ALONSO, Miguel/ORSI, Omar Gabriel/RODRÍGUEZ LÓPEZ, Fernando

- *Tratado do angloiberoamericano sobre Compliance penal*, Valencia: Tirant lo Blanch, 2021.

RODRÍGUEZ RAMOS, Luis

- “¿In dubio pro reo aut in dubio contra opulentibus? (Comentario a la STS 116/2017 de 23 de febrero sobre la prueba ilícita)”, *Diario La Ley*, Nº 8974, Sección Tribuna, 8 de Mayo de 2017, pp. 1-23, disponível em https://ueap.es/wp-content/uploads/2017/05/¿In_dubio_pro_reo_aut_in....pdf [9.09.2021].

ROTSCH, Thomas

- *Criminal Compliance. Handbuch*, Nomos, 2015, pp. 1153-1411.

ROXIN, Claus/SCHÜNEMANN, Bernd

- *Derecho Procesal Penal*, traducción de la 29.ª edición alemana (2017) de Mario F. Amoretti/Darío N. Rolón, revisada por Ignacio F. Tedesco, Buenos Aires: Didot, 2019.

RÜBENSTAHL, Markus/PREUSS, Tamina

- “Internal investigations als Compliance-Aufgabe und Pflicht der Organe deutscher Kapitalgesellschaften”, In: *Tratado de Compliance criminal. Responsabilidad penal de las personas jurídicas y modelos de organización y gestión*, (Dir.) Juan-Luis Gómez Colomer/(Coord.) Christa M. Madrid Boquín, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 1579-1613.

RUGGIERO, Rosa Anna

- “Cracking down on corporate crime in Italy”, *Washington University Global Studies Law Review*, 403 (2016), Vol. 15, Issue 3, pp. 403-445, disponível em https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2656508 [6.09.2021].

SACOJI, Eliseu José

- *Proibições de prova e nulidades processuais. Um estudo comparado entre Portugal e Angola (uma análise ao futuro Código de Processo Penal angolano)*, Lisboa: AAFDL Editora, 2020.

SANGUINÉ, Odone

- “Os direitos fundamentais das pessoas jurídicas no processo penal”, *Revista Eletrônica de Direito Penal e Política Criminal* - UFRGS, Vol. 2, n.º 2, 2014, pp. 23-71, disponível em <https://seer.ufrgs.br/redppc/article/view/54949/33490>

SANTORIELLO, Ciro

- “Vent’anni di giurisprudenza in tema di responsabilità da reato degli enti collettivi. Le pronunce più importanti, i dubbi risolti e le questioni ancora aperte”, *Rivista 231 sul D. Lgs. 231/2001, La responsabilità amministrativa delle società e degli enti*, n. 4, ottobre - dicembre 2018, pp. 235-267.

SANTOS, Hugo Luz dos

- *Processo penal da pessoa colectiva na Era Compliance*, Braga: Nova Causa Edições Jurídicas, 2021.

SANTOS, Manuel Simas

- “Nótula para uma reforma do sistema de recursos em processo penal”, In: *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, (Org.) Paulo Pinto de Albuquerque/Rui Cardoso/Sónia Moura, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, pp. 664-675.

SANTOS, Nuno R. Pica dos Santos

- “Contraordenações no âmbito económico: sua investigação e a problemática dos meios intrusivos de obtenção



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

da prova”, *C&R – Revista de Concorrência e Regulação*, n.ºs 46-47 (2021).

SERRA, Teresa

- “Contra-ordenações: responsabilidade de entidades colectivas. A propósito dos critérios de imputação previstos no Regime Geral do Ilícito de Mera Ordenação Social e em diversos regimes especiais. Problemas de (in)constitucionalidade”, *RPCC*, Ano 9 (1999), Fasc. 2º, pp. 187-212.

SERENI, Andrea

- “Collaborazione investigativa e riflessi sulla responsabilità dell’ente da reato”, In: *La responsabilità dell’ente da reato nel sistema generale degli illeciti e delle sanzioni anche in una comparazione con i sistemi sudamericani. In memoria di Giuliano Vassalli*, (A cura di) Antonio Fiorella/Alfredo Gaito/Anna Salvina Valenzano, Sapienza Università Editrice, 2018, pp. 157-166, disponível em <http://www.editricesapienza.it/node/7818> [11.09.2021].

SILVA, Germano Marques da Silva

- “Responsabilidade penal das pessoas colectivas. Alterações ao Código Penal introduzidas pela Lei n.º 59/2007, de 4 de Setembro», *Jornadas sobre a Revisão do Código Penal*, número especial da *Revista do CEJ*, n.º 8, 1º Semestre de 2008, pp. 69-97;
- *Responsabilidade penal das sociedades e dos seus administradores e representantes*, Lisboa-São Paulo: Editorial Verbo, 2009;
- *Direito Penal tributário. Sobre as responsabilidades das sociedades e dos seus administradores conexas com o crime tributário*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2009;
- “Questões processuais na responsabilidade cumulativa das empresas e seus gestores”, In: *Que futuro para o Direito Processual Penal? Simpósio em Homenagem a JORGE de FIGUEIREDO DIAS, por ocasião dos 20 anos do Código de Processo Penal Português*, Coimbra: Coimbra Editora, 2009, pp. 789-803;
- *Direito Processual Penal português. Noções gerais, sujeitos processuais e objecto*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2013;
- “A pessoa colectiva como arguida no processo penal”, 2014, disponível em https://carlospintodeabreu.com/public/files/a_pessoa_colectiva_como_arguida_no_processo_penal.pdf;
- “Questões processuais da responsabilidade penal das pessoas colectivas”, In: *Estudos de Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2018, pp. 151-169;
- “Processo contra pessoas colectivas”, In: *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, (Org.) Paulo Pinto de Albuquerque/Rui Cardoso/Sónia Moura, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, pp. 465-476;
- *Responsabilidade penal dos dirigentes das sociedades*, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021.

SILVA, Sandra Oliveira e

- “A liberdade contra a autoincriminação no processo penal: breves considerações em torno do princípio *nemo tenetur se ipsum accusare*”, *Revista do Ministério Público do RS*, Porto Alegre, n.º 80, maio – agosto 2016, p. 111-128, disponível em http://www.amprs.com.br/public/arquivos/revista_artigo/arquivo_1504551588.pdf [8.09.2021].

SOUSA, João de Castro e

- *As pessoas colectivas em face do Direito Criminal e do chamado Direito de Mera Ordenação Social*, Coimbra: Coimbra Editora, 1985.

SOUSA, Miguel Teixeira de

- “Personalidade judiciária: breve *plaidoyer* a favor da autonomia do processo civil. Anotação ao Acórdão do STA de 1/10/2015 (Proc. 0556/15)”, disponível em https://www.academia.edu/30949037/TEIXEIRA_DE_SOUSA_M_Personalidade_judiciária_breve_plaidoyer_a_favor_da_autonomia_do_processo_civil_pdf [8.09.2021];
- “A prova ilícita em processo civil: em busca das linhas orientadoras”, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa – Lisbon Law Review*, Vol. LXI, 2020, n.º 2, pp. 15-52, disponível em https://drive.google.com/file/d/1WFelToETPQKCi_thTRBOEi_9ygb4jiB2/view

SOUSA, Susana Aires de

- *Questões fundamentais de Direito Penal da empresa*, Coimbra: Almedina, 2019.

SOUZA, Renato Machado de

- “Personas jurídicas y cumplimiento normativo: breve análisis de los incentivos sistémicos de Brasil y España”, In: *Compliance y responsabilidad de las personas jurídicas*, (Eds.) Nicolás Rodríguez-García/Fernando Rodríguez López, Valencia: Tirant lo Blanch, 2021, pp. 747-768.

TARUFFO, Michele



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa

- *A prova*, tradução de João Miguel Couto, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons, 2014.
- TEIXEIRA, Carlos Adérito
- “A pessoa colectiva como sujeito processual; ou a “descontinuidade” processual da responsabilidade penal”, *Revista do Centro de Estudos Judiciários*, n.º 8 (2008), n.º especial, p. 99-166;
 - “Perspectiva judiciária da imputação do facto da pessoa singular à pessoa colectiva”, *Colóquio Internacional - Processo Penal português: desafios europeus*, RPCC, Ano 29, n.º 1, 2019, pp. 141-171.
- TORRÃO, Fernando
- “*Societas delinquere potest*”? *Da responsabilidade individual e colectiva nos “crimes de empresa”*, Coimbra: Almedina, 2010.
- TUZET, Giovanni
- *Filosofía de la prueba jurídica*, traducción de Diego dei Vecchi, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo, 2021.
- URBINA GIMENO, Íñigo Ortiz de/CHIESA, Luis
- “Compliance y responsabilidad penal de entes colectivos em los EE.UU”, In: *Tratado de Compliance criminal. Responsabilidad penal de las personas jurídicas y modelos de organización y gestión*, (Dir.) (Dir.) Juan-Luis Gómez Colomer/(Coord.) Christa M. Madrid Boquín, Valencia: Tirant lo Blanch, 2019, pp. 1501-1542.
- VAN KEMPEN, P.H.P.H.M.C.
- “Human Rights and Criminal Justice Applied to Legal Persons. Protection and Liability of Private and Public Juristic Entities under the ICCPR, ECHR, ACHR and AfChHPR”, *Electronic Journal of Comparative Law*, vol. 14.3 (December 2010), pp. 1-34, disponível em <http://pgil.pk/wp-content/uploads/2014/06/HR-CJ-applied-to-legal-persons.pdf> [5.09.2021].
- VICENTE, Dário Moura Vicente
- *Direito Comparado*, Vol. I, 4.ª edição, Coimbra: Almedina, 2020.
- VILELA, Alexandra
- *O Direito de Mera Ordenação Social. Entre a ideia de “recorrência” e a de “erosão” do Direito Penal clássico*, Coimbra: Coimbra Editora, 2013, pp. 528 ss. e 558 ss.;
 - “A responsabilidade contraordenacional da pessoa colectiva no contexto do “Estado Regulador”, In: *Estudos sobre Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2018, pp. 101-122;
 - “Responsabilidade contra-ordenacional da pessoa colectiva”, In: *Novos Estudos de Law Enforcement, Compliance e Direito Penal*, (Coord.) Maria Fernanda Palma/Augusto Silva Dias/Paulo de Sousa Mendes, Coimbra: Coimbra Editora, 2020, pp. 395-416;
 - “O direito das contra-ordenações necessário para um combate eficaz da corrupção”, In: *Corrupção em Portugal. Avaliação legislativa e propostas de reforma*, (Org.) Paulo Pinto de Albuquerque/Rui Cardoso/Sónia Moura, Lisboa: Universidade Católica Editora, 2021, pp. 429-438.
- VILLEGAS GÁRCÍA, María Ángeles
- *La responsabilidad criminal de las personas jurídicas. La experiencia de Estados Unidos*, Thomson Reuters/Aranzadi, 2016, pp. 334 ss.
- VILLEGAS GÁRCÍA, María Ángeles/ENCINAR DEL POZO, Miguel Ángel
- *Lucha contra la corrupción, Compliance e investigaciones internas. La influencia del Derecho estadounidense*, Navarra: Aranzadi/Thomson Reuters, 2020.
- VIŠEKRUNA, Aleksandra
- “Protection of rights of companies before the European Court of Human Rights”, in: *EU and comparative law issues and challenges (ECLIC) - Vol. 1 (2017): Procedural aspects of EU Law*, (Eds.) Dunja Duić/Tunjica Petrašević, pp. 111-126, disponível em <https://hrcak.srce.hr/ojs/index.php/eclic/article/view/6524> [8.09.2021].
- VOLK, Klaus
- “Sobre a responsabilidade penal das empresas”, tradução de Luís Greco, In: *Direito Penal como crítica da pena. Estudos em homenagem a Juarez Tavares por seu 70.º Aniversário em 2 de Setembro de 2012*, (Org.) Luís Greco/António Martins, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo: Marcial Pons, 2012, pp. 717-730.
- WEISSMANN, Andrew/NEWMAN, David
- “Rethinking criminal corporate liability”, *Indiana Law Journal*, Vol. 82: Issue 2, 2007, pp. 411-451, disponível em <https://www.repository.law.indiana.edu/ilj/vol82/iss2/5/> [8.09.2021].
- YARSHELL, Flávio Luiz
- *Curso de Direito Processual Civil*, Vol. I, Madrid/Barcelona/Buenos Aires/São Paulo, 2014.



FACULDADE DE DIREITO
Universidade de Lisboa